



Rapidim Nº 102 - 15 de julho de 2008

De: **Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente -SP** (fedca-sp@ig.com.br)

Enviada: terça-feira, 15 de julho de 2008 23:00:24

Para: forumdcaestadual@googlegroups.com

Anexos: clip_image001.gif (8,6 KB)

Verificação de segurança no download 



ANO 8 - Nº 102 - 15 de julho de 2008

20 ANOS DE ATUAÇÃO PELA CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Grupo 18 anos do ECA lança compromissos para eleições municipais

Na última quinta-feira (10), um grupo de organizações governamentais, não-governamentais, organismos internacionais, Fórum Nacional DCA e a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente do Congresso Nacional lançaram, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, uma plataforma com 18 compromissos na área da infância para os candidatos e candidatas às prefeituras e Câmaras Municipais de todo o País.

O evento fez parte das comemorações em torno do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que completou 18 anos no domingo, 13 de julho. Durante o lançamento, a Secretária Nacional do Fórum DCA, Jimena Grignani (Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC/Marista), apontou como desafios a criação de mecanismos que garantam uma maior participação de crianças e adolescentes nas diversas instâncias que defendem os direitos infanto-juvenis e mais recursos para as políticas públicas da área nos orçamentos dos três níveis de governo.

Intitulado "**Estatuto da Criança e do Adolescente: 18 anos, 18 Compromissos - A criança e o adolescente no centro da gestão municipal**", o documento reúne sugestões em áreas como saúde, educação, esportes, cultura, lazer, combate à violência doméstica, à exploração sexual e ao trabalho infantil.

A idéia é que a plataforma seja discutida nas cidades brasileiras em audiências públicas realizadas em parceria pelos Conselhos Municipais de Direitos da Criança, fóruns de defesa dos direitos da criança e do adolescente

e por grupos de parlamentares que atuam na defesa de meninos e meninas. Os candidatos e candidatas que concordarem com o conjunto das propostas assumirão o compromisso de colocar em prática as 18 sugestões caso sejam eleitos.

Foi lançada também a campanha publicitária que comemora os 18 anos do ECA. A proposta é que logomarca, slogan, cartazes, spots para rádio, vídeos para TV entre outras peças publicitárias possam ser utilizadas por todos os atores sociais interessados.

O oficial de projetos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Mário Volpi, alerta para a necessidade de se investir forças para garantir os direitos daqueles meninos que ainda estão alijados das políticas públicas. O oficial de projetos destaca três pontos fundamentais que precisam de atenção imediata: o trabalho infantil, a violência sexual contra crianças e adolescentes e a violência cometida por garotos e garotas.

Entre os temas citados por Mário, o combate ao trabalho infantil e à violência sexual aparecem como focos do esforço realizado atualmente pelo Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Saiba mais:

1. Plataforma de 18 compromissos voltados à infância e à adolescência: documento aos candidatos às prefeituras e documento aos candidatos a vereadores
2. Destaques dos direitos infanto-adolescentes na história do Brasil

Grupo indica proposições prioritárias para crianças e adolescentes

Para comemorar os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), organizações nacionais e internacionais se uniram para propor a priorização de 18 proposições que atualmente tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O documento, lançado no dia 10 de julho, em solenidade no Salão Nobre da Câmara, dispõe sobre temas como atendimento socioeducativo de adolescentes em conflito com a lei, aumento das licenças-maternidade e paternidade, propostas da CPMI da Exploração Sexual, projetos de educação, combate à violência doméstica e ao trabalho infantil.

O grupo que está à frente desta mobilização é formado por organizações governamentais, não-governamentais, organismos internacionais, além de Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Congresso Nacional, Fórum Nacional DCA, Conselho Nacional dos Direitos da

Criança e do Adolescente (Conanda) e Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

A relação com as 18 prioridades foi entregue aos presidentes do Senado e da Câmara. A intenção é lembrar os 18 anos de implementação do ECA, fortalecendo os princípios propostos pelo próprio Estatuto e pela Constituição de 1988, que coloca a criança e o adolescente como prioridade absoluta para a família, a sociedade e o Estado.

Saiba mais:

Acesse as **18 proposições prioritárias de projetos de lei** que tramitam no Congresso Nacional.

Sessão solene do Congresso Nacional comemorou 18 anos do ECA

O Congresso Nacional realizou no último dia 10 uma sessão solene em comemoração ao aniversário de 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A sessão foi presidida pelo senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) e contou com a presença de parlamentares; autoridades federais, como o ministro Paulo Vanucchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos; representantes de ONGs, organismos internacionais, adolescentes e integrantes do Secretariado Nacional do Fórum DCA. A vice-presidente do Comitê da ONU para os Direitos da Criança, Rosa Maria Ortiz, também participou da solenidade.

A sessão foi requerida pela deputada federal Rita Camata (PMDB-ES), relatora do ECA e fundadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Congresso Nacional. Em seu pronunciamento, Camata lembrou as mobilizações de crianças e adolescentes durante a Constituinte de 1988, que resultaram em um capítulo especial na Constituição e posteriormente na elaboração do Estatuto.

No seu discurso, a senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), coordenadora da Frente Parlamentar no Senado, lembrou que a elaboração do Estatuto foi um processo que contou com a intensa participação da sociedade civil. Disse que, "ao contrário do que apregoam seus críticos, o ECA é uma lei que pegou, sim".

Patrícia Saboya lamentou, porém, que algumas autoridades insistam em desrespeitar o Estatuto. "Vivemos uma situação em que o próprio Estado é o principal infrator na medida em que viola, dia após dia, os direitos de nossos meninos e meninas. O direito de freqüentar uma boa escola. O direito de ter acesso a saúde pública de qualidade, a cultura, ao esporte e ao lazer. O direito de ter uma moradia digna. O direito, enfim, de viver e de brincar livremente nas nossas cidades", frisou a senadora. Emocionada, ela dedicou o

pronunciamento a todas as mães brasileiras que sofrem e choram a perda de seus filhos, vítimas da violência que mata 16 crianças e adolescentes por dia no nosso País.

FNDCA recebe vice-presidente do Comitê dos Direitos da Criança da ONU

O Fórum Nacional DCA foi um dos anfitriões da vice-presidente do Comitê dos Direitos da Criança do Alto Comissariado dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Rosa Maria Ortiz, que visitou o Brasil na semana passada. A instância é responsável pelo monitoramento da implementação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança.

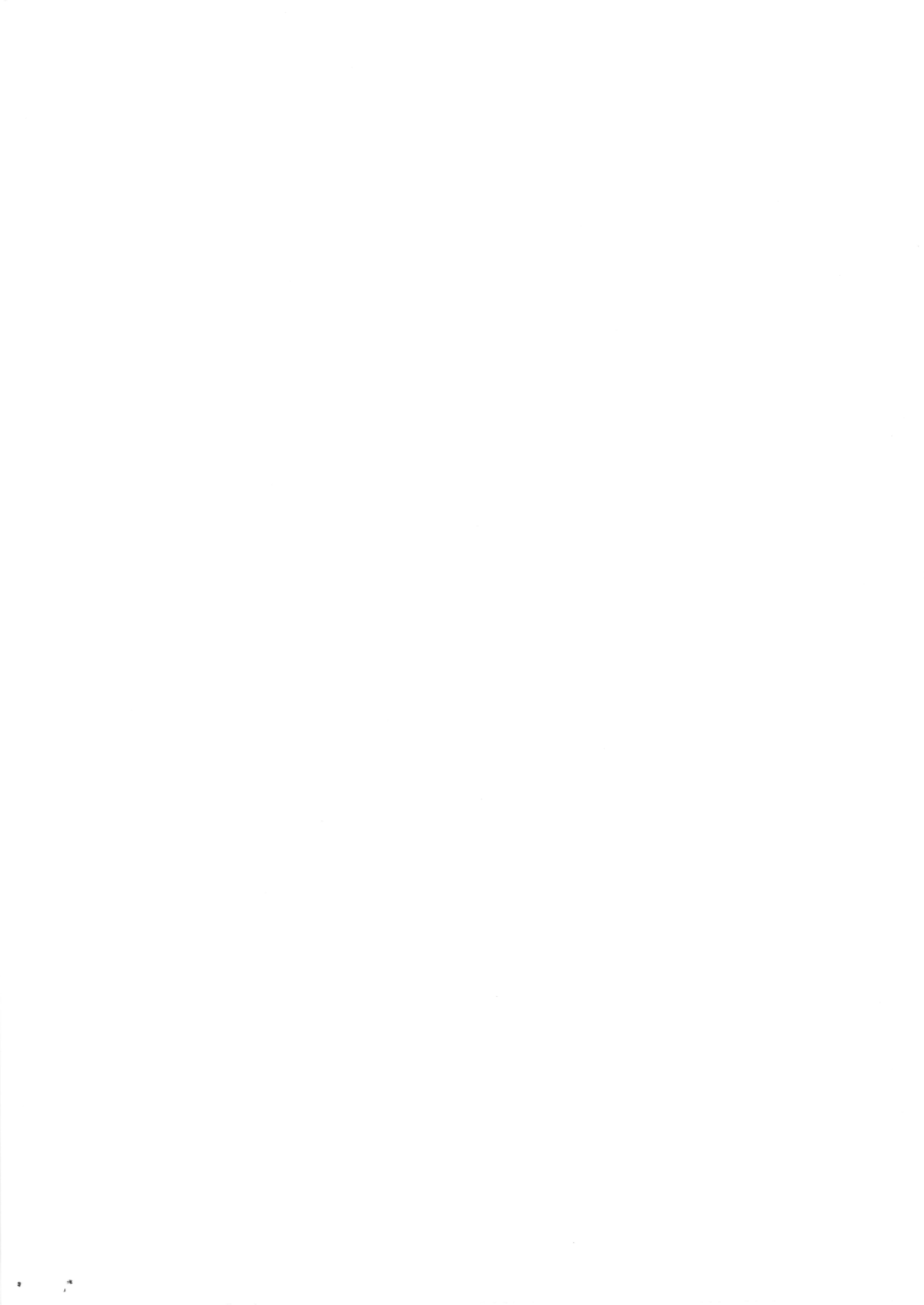
Rosa Ortiz participou da reunião mensal do Secretariado Nacional do Fórum com os representantes da sociedade civil no Conanda. No encontro, ela pediu à sociedade civil que auxiliasse o Comitê a fazer as recomendações ao governo brasileiro necessárias ao pleno cumprimento dos preceitos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança.

A visita ocorreu em um momento estratégico, quando o governo brasileiro está em processo de elaboração do segundo relatório sobre a implementação da Convenção, que deveria ter sido encaminhado em 2007 ao Comitê. Ao mesmo tempo, a Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Anced), o Fórum Nacional em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA), a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude (ABMP), movimentos sociais, organizações e redes de crianças e adolescentes estão construindo um documento alternativo para também ser apresentado, a exemplo do que foi feito em 2003.

Naquele ano, o governo entregou pela primeira vez o relatório, após 11 anos de atraso; em 2004, a Anced e o FNDCA apresentaram o seu documento alternativo.

O Brasil ratificou a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança em 1990 e deveria ter apresentado o primeiro relatório ao Comitê em 1992 e, a partir de então, um a cada cinco anos (1997, 2002 e 2007). Como o primeiro e único só foi entregue em 2004, o Comitê recomendou que o Brasil apresentasse um documento consolidado até 27 de outubro de 2007, o que não foi feito pelo governo brasileiro.

Depois de receber o relatório de cada país signatário, o Comitê faz observações e aprova recomendações. O Comitê também monitora os dois protocolos facultativos da Convenção – um sobre envolvimento de crianças em conflitos armados e outro sobre venda, tráfico e exploração sexual de crianças. As regras para o monitoramento dos protocolos são as mesmas que



norteiam o monitoramento da Convenção. O Brasil também está em atraso com a entrega dos relatórios dos protocolos facultativos.

Norte e Sul abrigarão seminários regionais sobre 18 anos do ECA

Os próximos seminários regionais do Fórum Nacional DCA sobre os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente serão realizados nas regiões norte e sul do País. O *III Seminário Regional 18 anos do ECA - Região Norte* acontecerá em Manaus (AM), de 29 a 31 de julho. E o *IV Seminário Regional 18 anos do ECA - Região Sul* será realizado em Curitiba (PR), de 5 a 7 de agosto.

Os eixos principais dos encontros são os desafios e conquistas nestes 18 anos do ECA, a implementação no Brasil da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e o aprofundamento do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Cada delegação também terá oportunidade para relatar a situação das ações de combate e prevenção ao trabalho infantil e ao abuso e exploração sexual infanto-juvenil.

Até o final de agosto, o Fórum Nacional DCA realizará seis *Seminários Regionais*. No final do ano, O Fórum lançará uma publicação com o balanço dos encontros. Confira a programação do próximo evento:

Programação do Seminário de 18 anos do ECA - Região Norte:

29 de julho:

17h - Início do Credenciamento

19h - Jantar

20h30 - Abertura

30 de julho:

9h - A Convenção Internacional e o ECA - Carlos Nicodemos

10h30 - Debate

11h10 - Apresentação do Fórum do Amazonas

12h10 - Debate

12h40 - Almoço

14h - Apresentação do Fórum de Rondônia

15h - Apresentação do Fórum de Roraima

16h - Debate

16h40 - Lanche

17h - Apresentação do Fórum do Acre

18h - Debate

19h - Jantar

31 de julho

9h - Apresentação do Fórum do Pará

10h - Apresentação do Fórum do Amapá

11hs - Debate

12h - Almoço

13h - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária - José Fernando Silva

14h - Debate

15h30 - Avaliação e Encerramento

17h - Início das saídas para o aeroporto

Câmara instala Comissão Especial do Sinase

A Câmara dos Deputados instalou Comissão Especial para analisar o Projeto de Lei **1627/07**, que regulamenta o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). O projeto, do Executivo, estabelece uma série de direitos e garantias aos adolescentes envolvidos com atos infracionais, define atribuições dos entes federativos e regras para o cumprimento das medidas socioeducativas.

A deputada federal Rita Camata (PMDB-ES), integrante da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, foi designada relatora da Comissão Especial. A Comissão será presidida pelo deputado Givaldo Carimbão (PSB-AL), e terá como vice-presidentes os deputados Eduardo Barbosa (PSDB-MG), Luiz Couto (PT-PB) e Felipe Bornier (PHS-RJ).

Rita reforçou a necessidade de a Comissão dar visibilidade às ações positivas de entidades governamentais e não governamentais que prestam atendimento socioeducativo a adolescentes infratores, e que podem ser referência nessa área.

Grupo – O Fórum Nacional DCA está constituindo um Grupo de Trabalho (GT) para acompanhar em todo o País a agenda de implementação do Sinase. No ano passado, o Fórum promoveu seminários sobre o sistema em todos os estados brasileiros. As entidades filiadas ao Fórum Nacional que tiverem interesse em participar do GT devem entrar em contato com a secretaria executiva (forumdca@forumdca.org.br) manifestando sua intenção.

Conanda abre consulta pública sobre regulamentação dos Fundos

Até o dia 7 de agosto, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) receberá contribuições sobre o texto que define os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente que financiam projetos de transformação da realidade da população infanto-juvenil em todo o país. A consulta pública permitirá que os cidadãos brasileiros, sobretudo os que atuam no campo da garantia de direitos de meninos e meninas, participem de sua construção.

A resolução é composta por 29 artigos que abordam desde as fontes de receitas e as normas para as contribuições aos Fundos até mecanismos de controle e fiscalização para a correta aplicação dos recursos. Entre os principais pontos, destacam-se:

- O estabelecimento das possíveis fontes de receitas para alimentação dos fundos como os recursos destinados pelos executivos locais; doações de pessoas físicas e jurídicas; e contribuições de governos estrangeiros e de organismos internacionais multilaterais (Art. 7º);

- A definição de que cabe aos conselhos de direitos determinarem as prioridades de investimento dos recursos, sendo vedado aos contribuintes estabelecer condicionantes para suas doações. No entanto, o texto faculta aos contribuintes a indicação, entre as prioridades definidas pelos Conselhos de Direitos, aquelas em que preferem que seus recursos sejam investidos (Art. 9º);

- A especificação de que a aplicação dos recursos do Fundo deverá ser destinada para ações como desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores; programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente; entre outros (Art. 14);

- A determinação de que é vedado o uso dos recursos do Fundo para pagamento, manutenção e funcionamento dos conselhos Tutelar e dos Direitos; financiamento das políticas públicas sociais básicas; e investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência (Art. 15, parágrafo único).

A resolução delibera, ainda, sobre aspectos como o impedimento da participação de entidades ou órgãos públicos representados nos Conselhos dos Direitos na comissão de avaliação e seleção de projetos nos quais suas organizações figurem como beneficiárias dos recursos (Art. 18) e que os projetos aprovados para chancela, bem como os que obtiveram financiamento pelos fundos, deverão ser amplamente divulgados (Art. 19).

A íntegra do texto que normatiza a criação e o funcionamento dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente está disponível no site do Conselho (http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/conselho/conanda/).

As contribuições deverão ser encaminhadas para o Conanda (conanda@sedh.gov.br) até o dia 7 de agosto. As sugestões serão analisadas na 165ª Assembléia Ordinária do Conselho, programada para 13 e 14 de agosto, quando o texto será finalizado.

(Fonte: Conanda)

CURTAS

Prêmio – A terceira edição do Prêmio Sócio-Educando prorrogou as inscrições pelo *site* até 25 de julho de 2008. Com isso, a data máxima de postagem dos roteiros com as informações dos projetos, programas ou pesquisas inscritos será dia 28 de julho de 2008. Instituições e profissionais que atuam na área da socioeducação de adolescentes em conflito com a lei podem inscrever suas experiências em cinco categorias: Acesso à Justiça, Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Fechado, Municipalização do Atendimento Socioeducativo e Produção de Conhecimento. Os vencedores terão a oportunidade de viajar para o exterior e conhecer outro sistema socioeducativo, com despesas pagas pela organização do Prêmio, além de ganhar computadores. A premiação com entrega de troféus e certificados ocorrerá em Brasília (DF) em outubro de 2008.

EXPEDIENTE

O Fórum Nacional DCA é um espaço democrático da sociedade civil que tem como missão garantir a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, por meio da

proposição, articulação e monitoramento das políticas públicas e da mobilização social, para construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Apoio: Fundo Nacional para Infância e Adolescência / Conanda / Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Kindernothilfe (KNH), Aldeias Infantis SOS, Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC/Marista, Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP, Conselho Federal de Psicologia - CFP, Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas - FENATIBREF e Salesianos.

O *Rapidim* conta com a colaboração da ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância.

Jornalista Responsável: Luís Cláudio Alves (2434 - DF) - (61) 9982-8367.

Secretariado Nacional

Secretária Nacional: Jimena Grignani (Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC/Marista); **Secretária Adjunta:** Rachel Niskier (Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP); **Secretária de Finanças:** Iolete Ribeiro (Conselho Federal de Psicologia - CFP); **Secretário de Articulação:** Geraldo Gonçalves (Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas - FENATIBREF).

Suplência

Salesianos e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR).

Conselho Fiscal

Federação das Associações Cristãs de Moços - ACM, a Pastoral do Menor da CNBB e União Geral dos Trabalhadores - UGT. Suplentes: Organização de Direitos Humanos Projeto Legal e Comunidade Baha'i.

Secretaria Executiva Fórum Nacional DCA

Secretária executiva: Selma Batista - Assistente Financeiro: Luiz Pocrônio do Nascimento Jr - SAS Quadra 05, Bloco N, Lote 01, sala 221 - 70.070-913 - (61) 3323-6992 ou 3322-6444 - forumdca@forumdca.org.br - www.forumdca.org.br.



Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - SP

~~~~~  
Você recebeu esta mensagem porque está inscrito no Grupo "Comunicação do Fórum Estadual de DCA-SP" em

Grupos do Google.

Para postar neste grupo, envie um e-mail para [forumdcaestadua@gmail.com](mailto:forumdcaestadua@gmail.com)

Para cancelar a sua inscrição neste grupo, envie um e-mail para [forumdcaestadua@gmail.com](mailto:forumdcaestadua@gmail.com)

[unsubscribe@googlegroups.com](mailto:unsubscribe@googlegroups.com)

Para ver mais opções, visite este grupo em <http://groups.google.com/group/forumdcaestadua?hl=pt-BR>

